



52 encaminhamento avaliou se acompanha e traça uma estratégia junto com o Sindicato  
53 ou se repassa estas demandas para o Sindicato. Conselheira Suellen Fraga sugeriu  
54 encaminhar ao Sindicato, dando suporte ao PSIND-MG em elaboração de Nota  
55 Conjunta e responder à(ao) psicóloga(o) demandante sobre este encaminhamento.  
56 Sugeriu ainda avaliar no caso a caso. Conselheira Evely Najjar ressaltou, na situação  
57 apresentada, a transferência de responsabilidade técnica e dos prontuários dos  
58 pacientes. Conselheira Lourdes Machado sugeriu dar suporte financeiro para a ação do  
59 Psind, como exemplo, citou a ida a Pouso Alegre-MG para acompanhar as ações  
60 relativas a Lei que retirou o cargo da Psicologia no município. Conselheiro João  
61 Henrique propôs marcar as posições do que é função do Conselho e do Sindicato, para  
62 não ser usado negativamente pela categoria na defesa da PEC 108/2019. Conselheiro  
63 Luiz Felipe defendeu que a ação deve ser feita pelo PSIND. Conselheira Rita Almeida  
64 sugeriu enviar para o PSIND e aguardar o próprio Sindicato convidar o CRP para  
65 alguma ação conjunta. Conselheiro Luis Henrique propôs estreitar os laços com o  
66 sindicato e a atuação do CRP-MG nas ações trabalhistas por meio da orientação.  
67 Conselheira Lourdes Machado ressaltou a importância de se manter a parceria com o  
68 PSIND-MG e realizar a análise caso a caso. Conselheira Suellen Fraga ponderou que  
69 não serão todas as demandas sindicais que serão custeadas e sim aquelas que  
70 envolvam o CRP. Conselheiro Rodrigo Padrini avaliou como o CRP-MG poderia ajudar  
71 para o Sindicato se fortaleça. Conselheiro Reinaldo Júnior lembrou a proposta da  
72 criação de uma Comissão Interinstitucional CRP-MG e PSIND-MG, nas questões de  
73 orientação. Em relação ao caso Unimed Betim, avaliou não ser interessante dar  
74 nenhuma orientação, porque poderia validar a Unimed e não às(aos) profissionais. Foi  
75 questionado pelas psicólogas que fizeram a denúncia também o fato do CRP manter  
76 parceria com a Unimed e a instituição fazer isso com a categoria. Conselheiro Luis  
77 Henrique ressaltou a importância do acompanhamento das demandas que são  
78 enviadas ao PSIND-MG, para saber o que foi feito pelo Sindicato em relação ao pedido.  
79 Conselheiras Lourdes Machado e Evely Najjar avaliaram que o acompanhamento do  
80 caso da Unimed deve ser feito, devido a precarização do trabalho e dos serviços, que é  
81 um fenômeno atual. **Deliberação:** O XVI Plenário aprovou o envio da denúncia ao  
82 PSIND-MG em parceria com o CRP-MG por 23 e 2 abstenções 2) Contribuição sindical:  
83 Conselheiro Reinaldo Júnior informou sobre a existência de muitos questionamentos  
84 pela categoria quanto ao PSIND-MG ter acesso às informações das(os) psicólogas(os)  
85 e se o CRP repassa os dados dos psicólogos e solicitam orientação se devem ou não  
86 pagar o Sindicato. A ETEC tem uma resposta padrão para todo psicólogo que procura.  
87 A resposta padrão também está sendo questionada, demandando uma orientação pelo  
88 Conselho se deve ou não ser paga a contribuição sindical. Conselheira Suellen Fraga  
89 informou que diante da realização da Assembleia e a aprovação, torna-se obrigatório a  
90 contribuição. Avaliou ainda, que não basta mandar a resposta padrão sem copiar o  
91 PSIND-MG para que possa dar outras explicações às(aos) psicólogas(os). Conselheira  
92 Renata Miranda ressaltou a categoria ver a contribuição como um tributo obrigatório e  
93 estar muito ressentida por não ver um retorno em ações pelo sindicato. Conselheira  
94 Lourdes Machado ressaltou haver uma previsão legal de pagar um sindicato, e reforçou  
95 a fala da Conselheira Suellen que a partir da aprovação em Assembleia existe a  
96 obrigatoriedade do pagamento da contribuição sindical. O não pagamento gera  
97 inscrição em Dívida Ativa. Conselheira Suellen Fraga sugeriu o envio dos boletos de  
98 cobrança do PSIND em mês diferente da anuidade do CRP. Conselheira Liliane Martins  
99 menciona trabalho de sensibilização quanto ao pagamento, antes de ter sido feito o  
100 envio dos boletos a categoria. Conselheira Evely Najjar sugeriu dar voz ao Sindicato,  
101 trazendo-o para falar sobre as mudanças na Reforma Trabalhista e abrir ao debate com  
102 a categoria. Conselheiro Rodrigo Padrini acrescentou à proposta da Conselheira Evely

103 Najjar juntar a discussão com a Comissão de Psicologia Organizacional e do Trabalho  
104 em um evento. 3) Inscrição de Comunidades Terapêuticas: Conselheiro Reinaldo Júnior  
105 colocou o histórico em relação a inscrição de PJ de Comunidades Terapêuticas. As  
106 CTs vêm providenciando a adequação constante na Resolução CRP/MG nº 001/2012 e  
107 solicitam a renovação da Pessoa Jurídica junto ao CRP-MG. Elucidou que o Plano de  
108 trabalho de psicólogo(a) na instituição, não se configurar violação de Direitos Humanos,  
109 e a não relação com religião. Levantou a questão se estão adequadas realmente ou se  
110 estão “maqueando” para garantir o registro. Explicou que existem duas modalidades –  
111 o registro e o cadastro. O cadastro é para aquela Instituição que não tem como  
112 finalidade específica a psicologia, mas oferece o serviço de psicologia. Para a(o)  
113 psicólogo(a) exercer a profissão em uma instituição é necessário pelo menos um dos  
114 dois. O Conselheiro Anderson Mattos ressaltou que a laborterapia e a falta de  
115 privacidade do paciente existem em todas as Comunidades Terapêuticas. Conselheira  
116 Cristiane Nogueira colocou que as Comunidades Terapêuticas estão migrando para  
117 outros Ministérios como Cidadania e Justiça, atuando como abrigamento, clínicas e  
118 outras nomeações para não serem consideradas CTs. Sugeriu fazer a análise pelo  
119 Regimento Interno das Instituições e não somente pelas vistorias. Conselheira Rita  
120 Almeida informou que a Pessoa Jurídica foi descredenciada por ser Comunidade  
121 Terapêutica, independente de adequação ou não. Completou que a priori já negaria a  
122 inscrição. Assim a Referência Técnica não poderia ser psicólogo(a), mas o profissional  
123 que trabalhar na instituição seria orientado e fiscalizado, independente de se dar o  
124 registro de Pessoa Jurídica. Conselheiro Rodrigo Padrini ponderou a quantidades de  
125 psicólogas(os) que atuam em Comunidades Terapêuticas. Conselheiro Reinaldo Júnior  
126 informou que são 76 CTs e não tem o número concreto de psicólogas(os) atuando nas  
127 mesmas. Outras instituições como APAC deveriam ter cadastro junto ao CRP-MG.  
128 **Deliberação:** O XVI Plenário deliberou por enviar o e-mail com a Resolução e retornar  
129 a discussão na próxima Plenária e agendar reunião da Comissão de Saúde Mental,  
130 Saúde, Comissão de Direitos Humanos e Sindicato para tratarem do tema. Proposta de  
131 alinhamento das coordenações das comissões temáticas: Conselheira Cristiane  
132 Nogueira apresentou necessidade de se estabelecer critérios de funcionamento, para  
133 tratamento igual para a vinda de colaborador(a) nas reuniões na Sede, deslocamentos  
134 na Subsede, se Conselheira(o) acompanha ou não as Reuniões. As comissões tem  
135 representações, devendo-se elencar prioridades e devem ter um tom técnico. A  
136 Conselheira Lourdes Machado informou que todas as Comissões pedem a presença  
137 dos colaboradores das Subsedes nas reuniões da Sede. Sugeriu criar um critério para  
138 a presença do Colaborador, e pensar que o ressarcimento de quilometragem inviabiliza  
139 financeiramente. Conselheira Cristiane Nogueira avaliou que prioridade da vinda na  
140 Sede deve ser de Conselheira(o). Uma vez a cada 6 meses a participação presencial  
141 por Colaboradoras(es) e nas demais por Skype. A(o) colaboradora(or) só virá de  
142 passagem rodoviária. Conselheira Jéssica Gabriella informou que existem 20.000  
143 profissionais atuando no SUAS e alinhamento da comissão é pensar na política pública  
144 de Assistência Social. Acrescentou que a Comissão de Psicologia e Política de  
145 Assistência Social tem 7 colaboradoras(es), as reuniões da Comissão Estadual  
146 acontecem bimestralmente, há o rodízio entre as colaboradoras, e somente 1  
147 colaboradora vem de carro. Conselheira Marleide Marques informou que a função da  
148 Comissão é de orientação mudou o nome de Comissão de Orientação da Psicologia no  
149 SUAS. A atuação da Comissão será baseada em 3 eixos e em cada ano serão  
150 providenciados produtos: no primeiro ano acontecerão as rodas de conversas e uma  
151 publicação; no segundo ano, haverá um Seminário e no último ano, encontros nas  
152 Subsedes. Foi proposto ainda, uma estratégia de interiorização com as colaboradoras  
153 das Subsedes mapeando as microrregiões para verificar colaboradoras que atuarão na

154 região. Conselheiro Luis Henrique defendeu ter pelo menos 2 reuniões presenciais e a  
155 proposta de colaboradoras(es) virem de passagem rodoviária. Questionou se a  
156 solicitação para a Diretoria deverá vir pela(o) colaboradora(or) ou pela(o)  
157 Conselheira(o) de Referência? Defendeu que seja por Conselheira(o) de Referência.  
158 Conselheiro Reinaldo Júnior argumentou que a reunião na Subsede contará com a  
159 participação do Coordenador da Subsede e da Sede apenas os membros da Sede. O  
160 pagamento de Colaborador para as atividades na Sede se daria quando ele for o  
161 Coordenador da Comissão na Sede ou em eventos maiores. O Conselheiro Rodrigo  
162 Padrini avaliou que a experiência na Comissão do Sistema Prisional e Socioeducativo  
163 com a vinda da(o) colaboradora(or) que coordena a Comissão na Subsede em reunião  
164 da Sede não traz grande diferença. Propôs uma avaliação anual, os métodos que a  
165 Comissão vai utilizar, analisar os resultados. Conselheira Camila Bahia questionou qual  
166 o objetivo da comissão e da(o) colaboradora(or) em cada realidade? Conselheiro João  
167 Henrique sugeriu criar um grupo de trabalho com prazo curto para construir uma minuta  
168 e conversar com Gerência Técnica, Administrativa e Comunicação, Apoio as  
169 Comissões (COE e COF) para definição do papel da(o) colaboradora(or),  
170 coordenadora(or) de Comissão e de Conselheira(o) de Referência, a forma de  
171 organização e trazer para a minuta a discussão do TCU. Conselheiro Luis Henrique  
172 sugeriu que tenha reunião com a participação dos Colaboradores da Subsede pelo  
173 menos 2 vezes ao ano, na Sede. Conselheira Suellen Fraga propôs que quando tiver  
174 sendo criada uma Comissão na Subsede que a coordenação participe na 1ª reunião da  
175 Sede para se inteirar das discussões. Avaliou que a autonomia das Comissões do  
176 interior e o alinhamento com a(o) Conselheiro é importante. Conselheira Jéssica  
177 Gabriella explicou que a reunião da Comissão Estadual do SUAS não sobrepõe a  
178 discussão das Subsedes, mas dá o alinhamento estadual. Questionou se há a  
179 necessidade de pagamento da(o) colaborador? Avaliou que só o respaldo institucional  
180 da participação é o necessário. Por fim analisou que a divisão de município por  
181 Subsede feito pelo CRP-MG é diferente da realizada pelo Estado e o IBGE. Sugeriu ver  
182 o número de profissionais por município. Conselheira Cristiane Nogueira propôs que  
183 a(o) Conselheira(o) Referência deveria ter uma mobilidade para acompanhar as  
184 reuniões nas Subsedes. Conselheiro Ted Nobre avaliou a importância da presença do  
185 colaborador na Subsede participar da reunião na Sede para alinhamento na Comissão  
186 local. Conselheiro Yghor ponderou a necessidade de se estabelecer critérios e  
187 normativa para as funções. Conselheira Lourdes Machado propôs a realização de  
188 Reuniões Plenárias Ampliadas com participação de colaboradoras(es) e defendeu que  
189 a figura da(o) Colaboradora(or) é muito importante e a realização de uma normativa  
190 para balizar a tomada decisão pela Diretoria, melhorar a tecnologia para participação  
191 online e estabelecer os objetivos das Comissões. Conselheira Suellen Fraga propôs o  
192 encaminhamento da criação do GT para elaboração da Minuta e após a elaboração  
193 apresentar às(aos) Colaboradoras(es) para alinhamento. **Deliberação:** O XVI Plenário  
194 aprovou a criação do GT para elaboração de Minuta e apresentação em Reunião  
195 Plenária de Março/2020 composta pelas(os) Conselheiras(os) Cristiane Nogueira,  
196 Renata Miranda, Rodrigo Padrini, Lourdes Machado, Jéssica Gabriella, Luis Henrique,  
197 Camila Bahia e João Henrique. Proposta de discussão sobre as mudanças no NASF -  
198 suscitada no grupo do plenário com pedido de posicionamento do CRP: Conselheira  
199 Cristiane Nogueira informou que não existe mais o Núcleo Ampliado de Saúde da  
200 Família/NASF que era uma equipe multidisciplinar dividida em NASF 1, 2 e 3. O  
201 dinheiro vinha de acordo com o número de habitantes no município. Com o desmonte  
202 do NASF fica a critério do gestor montar a equipe multiprofissional. Para o CRP é  
203 importante analisar o fim de um campo de atuação da psicologia. A importância da(o)  
204 psicóloga(o) na equipe multiprofissional. A Conselheira Bruna Rocha ressaltou o pedido

205 das profissionais da região Leste de posicionamento do CRP sobre o tema.  
206 Conselheira Lourdes Machado propôs a elaboração de Nota de Posicionamento do  
207 CRP-MG em relação ao encerramento do NASF. Conselheiro João Henrique informou  
208 que a demanda veio de algumas profissionais e em seguida pela Subsede Leste.  
209 **Deliberação:** O XVI Plenário aprovou a elaboração de uma Nota de Posicionamento do  
210 CRP-MG em relação ao encerramento do NASF a ser produzida pelas(os)  
211 Conselheiras(os) Lourdes Machado, Cristiane Nogueira, Luiz Henrique e Cláudia  
212 Espósito. Seminário de Psicologia nas Emergências e Desastres: Conselheira Renata  
213 Miranda apresentou as mesas e os nomes sugeridos para comporem as mesas do  
214 Seminário "Vidas em Ruptura: Falando da Saúde Mental das Pessoas atingidas por  
215 desastres da Mineração" a realizar-se no dia 22/05/2020, de 08h às 18h em  
216 Brumadinho-MG. Serão necessários o custeio de passagem aérea Governador  
217 Valadares X Belo Horizonte-MG, Rio de Janeiro-RJ X Belo Horizonte-MG; Buenos  
218 Aires(ARG) x Belo Horizonte-MG ida e volta e o deslocamento por van para  
219 Brumadinho; gravação e publicação do evento. Conselheira Cristiane Nogueira  
220 problematizou o fato de o evento ter vindo pronto sem ter tido a participação da  
221 Comissão de Saúde Mental, Álcool e outras drogas para discutir os nomes e só ter  
222 chegado para pagamento das despesas. A Conselheira Lourdes Machado reforçou que  
223 as discussões já estavam em andamento antes da transição. **Deliberação:** O XVI  
224 Plenário aprovou por 19 votos favoráveis encaminhar para a Diretoria para aprovação  
225 do apoio ao Seminário no limite de R\$5.000,00, como contrapartida a participação da  
226 convidada argentina na quinta-feira 21/05 no CRP-MG. Gestão de Pessoas:  
227 Conselheira Elza Lobosque informou que participou junto com as(os) psicólogas(os)  
228 Délcio Fernando, Patrícia Nacif e Elizabeth Lacerda, da Comissão de Seleção de  
229 Assessoria de Gestão de Pessoas. Informou que a primeira colocada declinou.  
230 Apresentou parecer para subsidiar a decisão da Diretoria e Plenário com 3 opções. A  
231 primeira opção de se fazer novo processo, mantendo a 2ª colocada e ter mais opções  
232 de profissionais. A segunda opção contratar por um tempo a candidata Gabriela  
233 Jeremias para fazer o Programa de Gestão de Desempenho. A terceira opção contratar  
234 a candidata Gabriela Jeremias conforme resultado do processo seletivo. Conselheira  
235 Cristiane Nogueira ponderou que fazer a seleção novamente não teria uma boa  
236 repercussão internamente, porque há uma demanda das funcionárias do CRP-MG de  
237 participação na seleção. Conselheira Lourdes Machado defendeu a realização de outro  
238 processo, tinha-se 3 pessoas para a vaga e gostaria de ter outras opções. Conselheira  
239 Evely Najjar informou que a Comissão de Gestão de Pessoas questionou, em reunião,  
240 o número de vagas para empregadas(os) públicas(os) em cargos de Gerência e  
241 Assessoria ser menor e o fato de haver uma empregada pública interessada na vaga e  
242 não ter sido aberto para participação. Conselheira Suellen Fraga avalia que ouvir as  
243 empregadas públicas era importante e legítimo a abertura para outras empregadas,  
244 para além da Gabriella Jeremias. Conselheiro João Henrique avaliou que o processo foi  
245 de indicação, por ser vaga de confiança, livre nomeação e exoneração. O cargo é de  
246 chefia e deve-se ter um cuidado na seleção de profissional. Conselheira Camila Bahia  
247 ponderou o cuidado do processo, ter alguém para começar, dar andamento e terminar  
248 e ter um planejamento prévio. Conselheiro Rodrigo Padrini ressaltou que a pressão  
249 da(o) empregada(o) pública(o) não deve balizar as decisões e deve-se ter tranquilidade  
250 para a tomada de decisão pelo Plenário. Conselheira Elza Lobosque contextualizou a  
251 situação do processo seletivo que tiveram situações de doença no meio da seleção.  
252 Apresentou a síntese das 3 candidatas. Naquele momento não havia sido feito um  
253 laudo para tomada de decisão pela Diretoria. Dentro da avaliação psicológica das duas  
254 psicólogas que ficaram em 1º e 2º lugar as diferenças eram muito pequenas. Sugeriu  
255 retomar com o processo seletivo com outras candidatas. **Deliberação:** O XVI Plenário

256 aprovou iniciar novo processo seletivo com 19 votos favoráveis e 5 abstenções, tendo  
257 como critério publicizar a vaga com 20 votos favoráveis e 4 abstenções. Proposta de  
258 mudança de Coordenação das Comissões da Subsede Norte e Divisão dos  
259 Conselheiros de Referência: Conselheiro Ted Nobre apresentou proposta de alteração  
260 na Coordenação das Comissões da Subsede Norte com os Conselheiros sendo a  
261 referência e os colaboradores como coordenadores das Comissões, a saber: Comissão  
262 de Psicologia Clínica/Montes Claros – Coordenação Thaís Marques e Bianca Grasiella  
263 e Conselheiro de Referência Ted Evangelista; Comissão de Psicologia Escolar e  
264 Educacional/Montes Claros – Coordenação Maircon Rasley G. Araújo e Conselheiro  
265 Referência Luiz Henrique; Comissão de Psicologia, Gênero e Diversidade  
266 Sexual/Montes Claros – Coordenação Rafael Baioni do Nascimento e Conselheiro  
267 Referência Luis Henrique; Comissão de Psicologia Organizacional e do  
268 Trabalho/Montes Claros – Coordenação Leila Aparecida Silveira e Conselheiro  
269 Referência Luis Henrique; Comissão de Psicologia do Esporte/Montes Claros –  
270 Coordenação Conselheiro Ted Nobre, Colaboração Marco Aurélio Gusmão; Comissão  
271 de Psicologia na Saúde/Montes Claros – Coordenação Alcina Brito e Conselheiro  
272 Referência Luis Henrique. **Deliberação:** O XVI Plenário aprovou a alteração conforme  
273 apresentado em planilha pelos Conselheiros. Mudança da coordenação da Comissão  
274 de Psicólogas(os) da Saúde da Subsede Sudeste: Conselheira Elza Lobosque  
275 apresentou sugestão de alteração da coordenação da Comissão de Psicólogas(os) da  
276 Saúde da Subsede Sudeste com a Colaboradora Eriane Pimenta, assumindo em  
277 substituição à Conselheira Rita Almeida **Deliberação:** O XVI Plenário aprovou a  
278 alteração da coordenação da Comissão de Psicologia da Saúde pela Colaboradora  
279 Eriane Pimenta. Reativação da Comissão de Psicologia do Trânsito: Conselheira Elza  
280 Lobosque apresentou sugestão de reativação da Comissão de Psicologia do Trânsito  
281 da Subsede Sudeste com a coordenação da Colaboradora Geisa de Paula.  
282 **Deliberação:** O XVI Plenário aprovou a reativação da Comissão de Psicologia do  
283 Trânsito da Subsede Sudeste com a coordenação da Colaboradora Geisa de Paula  
284 Barros do Amaral. Comissão para acompanhamento do Concurso Público – CRPMG:  
285 Conselheira Evely Najjar informou o Concurso Público do CRP-MG terminou a sua  
286 vigência em Agosto/2019 e existe a demanda de contratação da Psicóloga Fiscal e  
287 citou como exemplo a Subsede Sul, pois a partir do término do contrato da Psicóloga  
288 Fiscal em Setembro/2020 não será possível a renovação do contrato ou nova  
289 contratação pelo Processo Seletivo Simplificado. É necessário apurar outros cargos  
290 junto às Gerências para verificar o número de vagas. A Conselheira Evely Najjar propôs  
291 a criação de uma Comissão para acompanhamento de Concurso Público e colocou seu  
292 nome a disposição e abriu para outros nomes. Não houve interesse pelas(os)  
293 Conselheiras(os) presentes. **Deliberação:** O XVI Plenário aprovou a criação da  
294 Comissão do Concurso Público com a coordenação da Conselheira Evely Najjar. Nada  
295 mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião, e eu, Evely Najjar Capdeville, lavrei a  
296 presente ata que, após lida e aprovada, será assinada por mim e pelos demais  
297 presentes. Belo Horizonte, 15 de fevereiro de 2020.

